



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº 1389/13	DATA: 11/09/2013	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 11h24min	TÉRMINO: 13h03min	PÁGINAS: 34

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

REGINA BECKER FORTUNATI - Secretária Especial dos Direitos Animais - SEDA.
JOSÉ FORTUNATI - Prefeito de Porto Alegre.
ANGELA MARIA BRANCO - Pesquisadora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Coordenadora dos Serviços Públicos de Gestão de Fauna Silvestre e o Centro de Manejo de Animais Silvestres.

SUMÁRIO

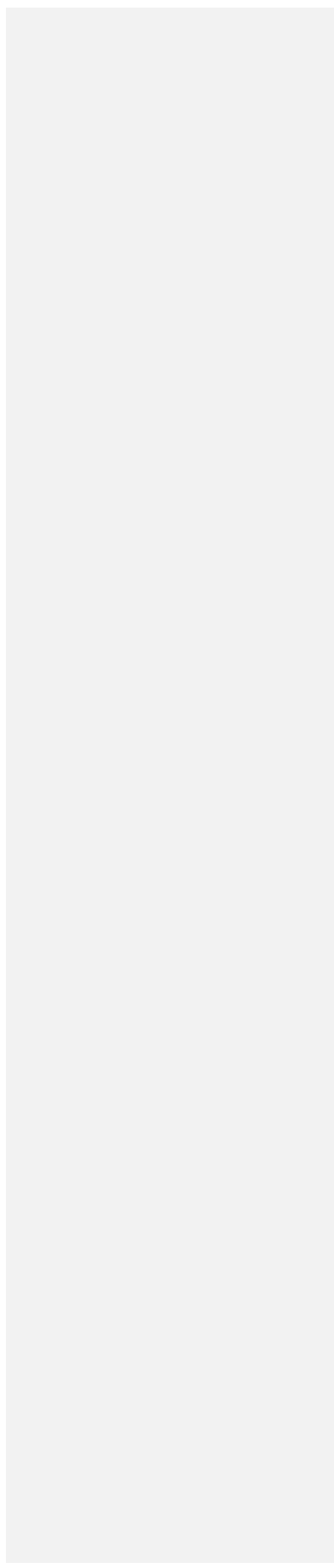
Debata sobre o trabalho realizado pela Secretaria Especial de Direitos Animais - SEDA, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve exibição de vídeo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS





O SR. PRESIDENTE (Deputado Giovani Cherini) - Bom dia a todos.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública destinada a debater o trabalho realizado pela Secretaria Especial dos Direitos Animais — SEDA, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

O requerimento para a realização deste evento é de minha autoria, com o apoio de todos os Parlamentares, como os Deputados Ricardo Tripoli, Sarney Filho e Marina Santanna.

Também se encontra neste plenário o ex-Deputado José Fortunati, atual Prefeito de Porto Alegre.

Comunico a todos que o evento é transmitido ao vivo pela Internet e também pela *TV Câmara*, para ser exibido posteriormente na grade de programação da emissora da Câmara dos Deputados.

Ao Deputado Penna, Presidente desta Comissão, queremos agradecer por estarmos realizando hoje esta importante audiência pública.

Portanto, convido para compor a Mesa as palestrantes de hoje: Sra. Regina Becker, Secretária Especial dos Direitos Animais — SEDA, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre; e Dra. Ângela Maria Branco, pesquisadora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, dos Serviços Públicos de Gestão de Fauna Silvestre e do Centro de Manejo de Animais Silvestres.

Percebo a possibilidade de fazermos um grande casamento desses dois trabalhos.

Agradeço também ao Deputado Ricardo Tripoli, porque acho que foi quem indicou a Ângela Maria Branco — chegamos a subscrever juntos o requerimento para trazê-la a esta audiência pública.

Queremos agradecer muito a presença do Prefeito José Fortunati, que no início da Secretaria Especial dos Direitos Animais — SEDA, em Porto Alegre, foi muito criticado por aquelas pessoas de plantão que entendem que se deve cuidar primeiro das pessoas e depois dos animais.

Certamente, as nossas palestrantes poderão explicar para a sociedade brasileira sobre qual é o pensamento que há em relação aos seres humanos e aos animais.

[CD1] Comentário: Sessão:1389/13
Quarto:1 Taq.:Paulo Silva Rev.:

[CD2] Comentário:
Supervisor.:Tatiana



Então, quero agradecer muito e dizer que estou muito feliz por estar aqui recebendo a Regina e a Ângela para este trabalho. Eu sempre digo, Regina e Ângela, que quem gosta de cachorro gosta de gente, e quem gosta de gato gosta de criança, e quem gosta de cavalo não tem cara de mal-amado. *(Risos.)* Eu tenho muitos amigos, tenho cara de quem tem muitos amigos.

Quero registrar a presença de muitos companheiros nossos do PDT, da Assessoria da nossa bancada do PDT. Foram convidados todos os Deputados Federais e Senadores do PDT. E nós repassamos o convite a todas as Prefeituras do País, porque o objetivo desta audiência pública é também o de fazer com que, neste particular, Porto Alegre sirva de exemplo para muitos Municípios brasileiros.

Com a palavra a Sra. Regina Becker Fortunati.

A SRA. REGINA BECKER FORTUNATI - Senhoras e senhores, bom dia. Quero fazer um agradecimento muito especial ao proponente desta audiência, o Deputado Giovani Cherini, que muito orgulha a nós gaúchos, assim como os outros Deputados do Rio Grande do Sul nesta Casa. Para nós, é motivo de satisfação e orgulho estarmos nesta Casa, que tem representatividade nacional, um local de debates, um local de discussões de temas importantes para todos nós brasileiros.

A experiência que nós trazemos de Porto Alegre é aquela que precisa ser apresentada para o Brasil, assim como também a experiência da querida Dra. Ângela, que depois lhes apresentará a sua pesquisa.

Eu gostaria também de saudar, de uma forma muito especial, o Deputado Ricardo Tripoli, com o qual eu já estive várias vezes pelo Brasil afora, um defensor da causa animal. Em S.Exa. também encontramos guarida para os nossos anseios.

Antes de iniciar esta breve apresentação, gostaria de chamar para um rápido depoimento o meu marido, Prefeito da cidade de Porto Alegre, para proferir algumas palavras sobre o que significa a criação da Secretaria Especial dos Direitos Animais em Porto Alegre.

O SR. JOSÉ FORTUNATI - Sr. Presidente, Deputado Giovani Cherini, isso não estava combinado. *(Risos.)*

Ao saudar o meu querido amigo Deputado Sarney Filho, cumprimento todos e, de forma muito especial, o Deputado Giovani Cherini, proponente desta audiência, que está na Presidência dos trabalhos.

[CD3] Comentário: Sessão:1389/13
Quarto:2 Taq.:Paulo Silva Rev.:



Ao cumprimentar a minha Vereadora Ana Rita, de Salvador, também quero dizer que é com grande alegria que nós nos reencontramos. Cumprimento também a Dra. Ângela Branco, que tem feito um belo trabalho na área de saúde pública em São Paulo votado para isso.

Muito bem disse o nosso Deputado Giovani Cherini que, quando apresentamos a proposta de formação, primeiro, de uma Coordenadoria, depois de uma Secretaria Especial voltada para os cuidados diferenciados dos nossos animais domésticos, sejam eles em situação de rua ou abrigados pelas populações mais carentes, houve uma resistência muito forte por parte de comunicadores, formadores de opinião, e mesmo a incompreensão de uma parcela bastante significativa da população.

Resolvemos enfrentar esse debate de peito aberto, usando os meios de comunicação, indo para as comunidades; fomos ao Orçamento Participativo realizar um amplo debate sobre o tema. E as pessoas então passaram a compreender que a Coordenadoria, depois, Secretaria Especial dos Direitos Animais, que nós estávamos propondo criar, tinha tudo a ver com uma cidade inclusiva, solidária, humana, com uma sociedade que, obviamente, olha o seu dia a dia voltado para o ser humano, mas sem esquecer, de forma abrangente, o meio ambiente. E o meio ambiente, Deputado Sarney Filho, não é somente árvores e água. Obviamente, temos que tratar das árvores e da água com todo o carinho, e temos feito isso ao longo do tempo.

Os animais — Deputado Penna, é um grande prazer revê-lo, é uma grande alegria — são peças fundamentais do nosso cotidiano. Aliás, eles só estão conosco porque os seres humanos os buscaram no seu hábitat natural e os introduziram nas áreas urbanas.

Então, começamos a fazer esse debate, mostramos que tratar dos animais com políticas públicas adequadas significava tratar também dos seres humanos, através da saúde pública, de um tratamento adequado; obviamente, seres indefesos, que dependem muito da nossa contribuição.

Hoje, a Secretaria é uma realidade, passou a ser uma referência. Orgulhamo-nos disso. E eu não tenho dúvida de que o trabalho que será mostrado aqui pela Regina mostrará um pouco desse trabalho que, com todas as dificuldades, com



todas as barreiras, tem contribuído para que cresça — percebemos isso de forma muito clara — em todo o País a consciência em favor da defesa dos direitos animais.

Obrigado pela oportunidade, meu Deputado Giovanni Cherini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giovanni Cherini) - Obrigado ao nosso Prefeito.

Numa ocasião, as minhas filhas me disseram que o cachorrinho delas era gente. *(Risos.)* Não era que tinha que ser tratado como gente: é que era gente. Todo mundo sabe, hoje, a importância disso.

Então, quero agradecer ao Deputado Stefano Aguiar e à Vereadora Ana Rita, de Salvador, certamente lutadora pela causa animal, que está aqui. Faço este registro, portanto, à Ana Rita Tavares.

Com a palavra a Profa. Regina Becker.

A SRA. REGINA BECKER - Ana Rita, é um prazer tê-la aqui também. A Ana Rita é uma batalhadora, tem feito um trabalho maravilhoso em Salvador. Rendo-lhe as minhas homenagens.

[CD4] Comentário: Supervisor.:Zilfa

Porto Alegre iniciou essa Secretaria no ano de 2011. Ela foi criada por decreto municipal, tendo como objetivo executar políticas públicas relacionadas a animais domésticos.

Em relação ao nome da Secretaria, eu tive que enfrentar alguns tipos de embates na questão dos direitos. Parte da jurisprudência não reconhece os animais como seres de direito, pelo fato de eles não terem capacidade civil. O fato de não terem essa capacidade civil é questionada em relação a como os animais vão ter direitos, se na verdade eles não têm condições de fazer posses, sucessões. Eles não têm o que se chama de capacidade civil. Mas nós entendemos o contrário. Entendemos que eles são, sim, portadores de direito, um direito subsidiário ao nosso. Uma vez que os retiramos há 50 mil anos do meio silvestre, temos responsabilidade sobre eles. Aliás, nós temos deveres e eles, somente direitos.

Existe aí uma discussão. Essa discussão foi enfrentada. Hoje há a compreensão clara de que animais domésticos, animais como um todo, são, sim, portadores de direitos. Nós enfrentamos esse debate tendo como norte a nossa Constituição Federal. O art. 225 estabelece que o poder público tem competência pela guarda, tutela, manutenção, proteção dos animais, de todas as formas de vida,



fauna e flora. A partir desse preceito constitucional, nós buscamos outra fundamentação muito cara para nós, principalmente a mim e a meu marido, José Fortunati. Nós somos cristãos. Nós acreditamos que o mundo é assim. Somos partidários de uma teoria de criação, que o mundo foi criado por somente um ser, e esse mundo tem como seu escopo de vida todos nós. Portanto, todos somos partícipes de uma mesma comunidade, somos todos irmãos.

Assim como temos preceitos constitucionais que rezam sobre a questão da competência do poder público em relação aos animais, nós temos um preceito cristão que diz: *“Ama a teu próximo como ama a ti mesmo.”* Quem é esse próximo? Esse próximo é um próximo de similitude, é um próximo de parentesco, é um próximo por afinidade, mas também pode ser um próximo de coração, alguém que nos toque a sensibilidade. Quantas pessoas têm no seu animal a sua única forma de referência e de afeto?

Então, partindo de dois preceitos, a fonte jurídica e a fonte cristã, nós iniciamos o nosso trabalho em relação à criação dessa Secretaria.

O nosso mapa estratégico tem quatro objetivos específicos para este ano, que é coibir maus-tratos; conscientizar sobre guarda responsável; reduzir a população de animais domésticos na cidade pelo procedimento de esterilização cirúrgico — não químico, é importante ressaltar — e promover a adoção responsável.

Os nossos números. Desde a criação da SEDA, nós já atingimos o número de 12.737 esterilizações por procedimento cirúrgico, obedecidos absolutos critérios de rigor, de assepsia e de higiene sanitária; 1.112 cirurgias de média, alta e baixa complexidade; 9.876 fiscalizações de maus-tratos, realizadas em residências, em estabelecimentos, em criadouros de animais por 15 fiscais selecionados por concurso público para executar essa tarefa; 4.168 atendimentos a animais, principalmente animais atropelados em vias públicas, cujo resgate leva até 2 horas para ser feito, desde que a pessoa assuma a responsabilidade sobre o animal; e 567 adoções de cães e gatos, com absoluto controle sobre esse processo de adoção.

Avanços na legislação. Nós conseguimos fazer uma compilação, no Município, de toda a legislação. Eram legislações esparsas — decretos, projetos de

[CD5] Comentário: Sessão:1389/13
Quarto:4 Taq.:Márcia Luisa Rev.:



lei. E conseguimos fazer um documento somente, que serve como base para qualquer tipo de instrução normativa no Município de Porto Alegre.

Temos legislações específicas como, por exemplo — não está identificada aqui —, a que autoriza todas as escolas municipais a terem animais em seus recintos, responsabilizando os alunos pelo cuidado com os animais. Isso tem sido responsável um grande avanço. As escolas do Município de Porto Alegre estão todas autorizadas, e a maioria tem animais domésticos sob sua responsabilidade.

O transporte de animais domésticos está em votação na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Esse projeto autoriza o transporte de animais nos meios seletivos e nos meios coletivos, mediante determinado regramento. E nós entendemos que é um avanço, é uma forma de as pessoas encontrarem meios de atendimento principalmente aos animais daquelas pessoas que são de periferia.

Criamos o Fundo Municipal dos Direitos Animais, instrumento importante com o qual podemos viabilizar determinados investimentos com os quais hoje não podemos contar, principalmente fruto de doações, que pessoas físicas têm interesse em fazer, mas não encontram o respaldo necessário para que isso possa ser executado.

Projetos que a SEDA executa. Nós já atendemos a mais de 100 comunidades nas periferias de Porto Alegre. Essas comunidades recebem atendimento gratuito, aqueles cidadãos que estão inscritos no Programa Bolsa Família. Somente a SEDA faz atendimentos gratuitos a essas pessoas que estão inscritas no Programa Bolsa Família, e nesses bairros da cidade.

Temos duas unidades móveis que percorrem Porto Alegre. Esta é a unidade Bicho Amigo I, uma parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela Faculdade de Medicina Veterinária. Ela atendeu e atende a cinco vilas que sofreram processo de remanejamento em novas unidades habitacionais. Antes de essas comunidades serem deslocadas, todas as famílias foram identificadas, e àquelas que tinham animais domésticos foi concedida uma casa com maior espaço livre, como terrenos em frente ou atrás dessas unidades. Todos os animais foram identificados, atendidos e deslocados com seus moradores para as novas residências. Então, através da Universidade Federal, é feito todo esse controle da saúde dos animais.



Este é um ônibus dotado de dois blocos cirúrgicos internamente, inclusive com anestesia inalatória. Ele tem condições de fazer procedimentos, e é utilizado para isso. Este ônibus foi doado pela Associação de Transportadores de Passageiros para a SEDA.

Esta outra unidade móvel também foi doada. Ela dispõe internamente de dois compartimentos para cães e para gatos, e faz o transporte dos animais das comunidades até o local onde eles são esterilizados. Eles ficam conosco 48 horas, até retornarem a suas casas.

Como funciona esse processo? As pessoas entram em contato com os Postos de Saúde da Família; é organizada uma reunião. Nessa reunião é esclarecido às pessoas o que significa o processo de esterilização animal, tentando romper mitos em relação aos procedimentos, principalmente aos homens de comunidades carentes. A gente percebe que eles relutam muito em aceitar a castração dos seus animais. Então, nós rompemos esses mitos, explicamos que o animal não vai ter nenhum tipo de alteração comportamental. Então, depois, marca-se a vinda dos veterinários, que executam a vermifugação dos animais, que recebem um colar identificativo. Depois de 8 dias, os animais são levados para o local onde são esterilizados.

Nós temos um objetivo grande este ano: atingir 50% da rede pública municipal em relação a projetos, de acordo com faixas etárias dos alunos, sobre guarda, posse, respeito e direitos animais. Nós temos muitas escolas que já estão sendo beneficiadas com o projeto. Elas aderem ao programa através de ações voluntárias. No final do ano há um grande evento comemorativo aos principais projetos.

Essa mudança de comportamento tem sido percebida por todos. Existe um adágio que diz que é de pequeno que se torce o pepino. Então, se a gente não dedicar essa atenção especial à rede de ensino, orientando as crianças, nós temos certeza de que não conseguiríamos atingir nossos objetivos. O que se visa? Os eixos de trabalho da SEDA são três: primeiro, saúde pública; segundo, a questão educacional. Nós temos consciência de que, através desse tipo de orientação, nós estamos contribuindo para uma sociedade menos violenta. A criança que não aprende a ter compaixão até os 6 anos de idade torna-se um ser impiedoso, cruel.

[CD6] Comentário: Sessão:1389/13
Quarto:5 Taq.:Márcia Luisa Rev.:



Então, nós estamos trabalhando. O terceiro eixo é a questão do respeito a todas as formas de vida.

Temos a campanha Guarda Responsável, através de material educativo que é distribuído. Estes são os nossos personagens, e, com eles, é feito todo um trabalho relacionado aos estudantes da rede municipal, de acordo com a faixa etária e o nível de escolaridade.

Como a pessoa entra em contato com a SEDA em Porto Alegre? Nós disponibilizamos o número 156, no programa Fala Porto Alegre, com o qual o cidadão pode entrar em contato com a Prefeitura. Através desse contato feito é distribuído, de acordo com a necessidade, o tipo de encaminhamento que ele gostaria que fosse dado. Então, são distribuídas as demandas e a SEDA faz o atendimento, se é fiscalização, se é castração, se é uma fiscalização de maus-tratos em *pet shop*. Enfim, é através desse número que nós fazemos o contato com a população. Nós não atendemos outro número de telefone que não seja esse.

Número: 9.876 fiscalizações de maus-tratos, que eu já havia comentado para vocês. É uma ação inovadora no Brasil, em que nossos fiscais vão até as residências das pessoas e a estabelecimentos para averiguar condições de vida dos animais mediante denúncias que foram protocoladas. A pessoa tem 8 dias para tomar providências. Se ela não as toma em 8 dias é emitida uma notificação. Em nova vistoria, é emitido um auto de infração; ela passa a ser, então, detentora de uma dívida ativa com o Município de Porto Alegre. Se essa questão não for sanada, ela não vai poder fazer nenhum tipo de transação com o Município, e o processo é remetido ao Ministério Público para encaminhamento. Para nossa satisfação, nós temos recebido muitíssimos pedidos de informações de delegacias, o que é uma coisa que normalmente não acontece no Brasil, de delegados de Porto Alegre, que estão preocupados com essa questão, encaminhando à SEDA demandas também, para ver se nós temos fiscalizações já realizadas em relação a boletins circunstanciados que são protocolados nas delegacias da cidade.

Atendimentos a animais de rua. Nós também fizemos atendimentos a animais de rua. São atendimentos mediante a posse da pessoa, depois que ele é atendido.

Tivemos um problema na transmissão dos dados. Peço desculpas a vocês e alguns minutinhos para tentar restabelecer o sistema.



O Projeto Adote um Cavalo visa retirar animais que estão em situação de maus-tratos na cidade. Nós temos um TAC firmado entre o Ministério Público e a Prefeitura de Porto Alegre que visa ao recolhimento desses animais. Nós temos *blitze* que são feitas uma vez por semana. Essas *blitze* identificam animais que estão principalmente em situação de maus-tratos. Esses animais são retirados das ruas e encaminhados para um local onde são tratados e depois doados, mediante um Termo de Ajustamento de Condutas com a pessoa ou a entidade que está adotando o animal.

Temos o Projeto Ressocializa, que visa à sociabilização de cães bravios. Quando nós criamos a SEDA, tínhamos lá na Prefeitura 18 cães bravios que não admitiam o toque. Hoje, desses 18 cães, 13 já foram adotados mediante adoções responsáveis. Cada cão desses tinha um processo no Ministério Público, porque já tinham vitimado pessoas. Então, de 18 cães, 13 já foram adotados.

Feiras de adoção. Somente mediante atestado de saúde com fotos, os animais podem ser doados em praças e parques em Porto Alegre. A SEDA disponibiliza atendimento gratuito e individualizado. Ela vai até as protetoras para fazer o atendimento, principalmente de filhotes. Eles não podem ser doados se não estiverem com as carteiras de saúde em dia.

Feiras de adoção com animais sequelados. São animais de rua que nós atendemos e que depois ficam com problemas. Eles também são disponibilizados para adoção. Fizemos um evento importante no mercado público em Porto Alegre, e os 11 animais expostos aqui — as imagens não trazem os seus problemas, a maioria deles perderam órgãos, perderam membros — foram adotados também em espaços públicos em Porto Alegre.

Nós temos 12 mil esterilizações. Estamos com mais de 30 mil vermifugações e mais de 30 mil vacinações.

Temos o Projeto Bicho da SEDA. Uma vez por ano acontece um fórum de discussões. Aliás, convido o nobre Deputado Ricardo Tripoli para ir este ano a Porto Alegre. Este ano, o tema será sobre os colecionadores de animais.

Temos 93 protetores cadastrados na SEDA. Esses protetores têm atendimento especial e recebem até cinco atendimentos mensais gratuitos, independente do nível de complexidade do atendimento.

[CD7] Comentário: Sessão:1389/13
Quarto:6 Taq.:Ângela Ventura Rev.:



Deus coloca tudo no seu lugar. Tivemos a parceria das principais clínicas e hospitais veterinários de Porto Alegre que, gratuitamente, fazem um número X de atendimentos mensais para nós, porque nós ainda não temos uma estrutura habilitada para fazer principalmente cirurgias específicas, como cirurgias oftálmicas, bucofaciais, ortopédicas. Esses estabelecimentos fazem uma cota por mês. A gente está sempre passando da cota. Mesmo assim, gratuitamente, eles fazem esse trabalho para a SEDA. O animal só pode chegar lá se for encaminhado pela Secretaria.

Fizemos uma campanha do agasalho, que foi motivo de matéria da *Folha de S.Paulo* no ano passado. Porto Alegre foi a primeira capital que fez uma campanha do agasalho incluindo bichos. E tivemos um número significativo de peças arrecadadas, que não foram somente roupinhas e cobertores. O inverno é muito rigoroso no Rio Grande do Sul. As pessoas doaram também potes, coleiras, enfim, tudo que tinham em casa sobrando, às vezes muitas compravam. Esse material foi doado a protetores.

Fizemos um evento, o Brechocão, no Parque da Redenção, um grande parque, onde disponibilizamos espaço para que as ONGs pudessem vender os produtos arrecadados, frutos de doação, para a causa animal.

Temos aí o que vai ser lançado em breve: a pedra fundamental do primeiro hospital veterinário realmente público do Brasil. É uma doação de um empresário gaúcho. O hospital vai ter 2.200 metros quadrados. O projeto está tramitando nas instâncias municipais para aprovação. O hospital será **completamente** equipado. É um projeto que vai custar quase 10 milhões para esse empresário, que está doando esse hospital para a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Então, para nós, é motivo de muito orgulho.

Há ações também na Assembleia Legislativa Estadual. Através do Deputado Paulo Odone, nós conseguimos aprovar o projeto estadual que proíbe o uso de cães de aluguel. Essa é uma matéria muito importante, que merece ter uma atenção especial por parte dos nossos legisladores federais também. É uma ação absolutamente cruel esta de retirar os vigilantes de prédios públicos e privados e colocar cães de guarda. São cães que, na verdade, executam o trabalho humano e ficam ali esperando um novo contrato para fazerem suas ações. Esses cães ficam

[CD8] Comentário: Sessão:1389/13
Quarto:7 Taq.:Rosária Rev.:



sem comida, normalmente com os escrotos amarrados, para que eles possam ficar mais violentos e isentos de qualquer tipo de contato humano. No Rio Grande do Sul, a partir de abril do ano que vem, nenhum novo contrato pode ser celebrado em relação a cães de aluguel.

No Congresso Nacional, a gente encontra o apoio da Frente Parlamentar, sob a Presidência do Deputado Federal Ricardo Izar, da qual o Deputado Tripoli também faz parte. Nós estamos tentando, com a ajuda deles, levar adiante alguns dos nossos anseios, principalmente os projetos que estão parados desde 1993, sem apreciação por parte da Casa.

No Município de Porto Alegre, a gente fez ações agora, na semana passada, resgatando animais vítimas de enchentes e também de rompimento de um dique. Foram quase 250 animais atendidos. Eles estavam muito mal. A água apareceu durante a madrugada. Muitos morreram, mas nós conseguimos resgatar 254 animais.

Fizemos o fechamento de um espaço num parque em Porto Alegre, um pequeno minizoo, por entendermos que eles estavam em local inapropriado, vítimas de atrocidade, num espaço público aberto. Transferimos esses animais para um criadouro conservacionista no interior do Estado do Rio Grande do Sul, o Criadouro Conservacionista São Braz. Hoje, esses animais estão muito bem.

Essa imagem aí é uma ação de fiscalização de uma dessas empresas que eu relatei para os senhores. Normalmente, as empresas alugam prédios e colocam ali o seu plantel. Os animais ficam dispostos desta forma. Os senhores estão vendo, na foto da esquerda, três cães amarrados. Eles não tinham condições de ficarem deitados, portanto, dormiam sentados, sem potes de comida, sem água, sem nada, no meio de dejetos, com animais mortos. Fizemos essa fiscalização e contamos com a ajuda significativa da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

Fizemos projetos em parceria com a CONCEPA, uma das concessionárias de rodovia, numa das principais rodovias que leva a capital ao litoral. Executamos um projeto contra o abandono dos animais nas férias de verão, e o número de abandono reduziu em 52%. Foi um trabalho muito bom. Ali aparece um cachorro dentro do carro, com uma bandana, e a dona pelo lado de fora, e ele dizendo para



ela: *“Desta vez quem vai pra praia sou eu!”* Ele faz o papel inverso e abandona a dona. O projeto teve uma grande repercussão.

Como não podemos impedir os rodeios — somos contra rodeios, contra zoológicos —, nós disciplinamos ações, no Município de Porto Alegre, que também tem sido modelo para todo o Estado. No novo modelo de rodeios estabelecido entre a Prefeitura, a SEDA e o Sindicato dos Produtores Rurais de Porto Alegre, nós criamos regras e condições: os animais têm que ficar embaixo de um sombrite, com gotejamento constante; em caso de chuva, não podem ficar em lama, têm que ficar em cima de estrados de madeira. Eles têm que ter água e alimentação à disposição. Não pode ser usado elemento pontiagudo nem esporas. Eles não podem ter laço nem na cabeça nem nos membros inferiores. Eles não podem entrar no redondel mais do que cinco vezes ao dia. Nós não tivemos nenhuma situação que tenha ocasionado descumprimento da legislação entre essa parceria com o sindicato. Isso é muitíssimo importante.

Aqui estão os Municípios que já visitaram a SEDA, no Rio Grande do Sul, e onde nós já estivemos. Foram em vários locais. Fui conferencista na 3ª Conferência Mundial de Direitos Animais no Recife, na Rio+20, junto com o Deputado, e em outros locais. Também fui chamada pela Ministra Gleisi Hoffmann, que é guardiã de uma proposta, que é o Código Nacional de Direitos Animais. A Casa Civil está redigindo este texto, que depois será submetido à apreciação desta Casa, para que possamos encaminhar nossos anseios do que nós entendemos que efetivamente cabe ao poder público: executar e colocar em prática o direito dos animais.

Eu vou mostrar para vocês um rápido vídeo, que tem 4 minutos, para que vocês possam ver algumas imagens e o escopo do nosso trabalho.

(Exibição de vídeo.)

A SRA. REGINA BECKER - Eu deixo aqui meu apelo, Deputado Giovani Cherini: espero que nós, do Movimento em Defesa dos animais do Brasil inteiro, tenhamos guarida nesta Casa em relação a algumas das nossas propostas e anseios, porque nós somos milhões. Nós somos um grupo atípico em relação a qualquer outro movimento nacional. Nós somos de todas as idades. Nós somos de todo tipo de camada social e de todos os níveis intelectuais. Então, formamos um

[CD9] Comentário: Sessão:1389/13
Quarto:8 Taq.:Vanessa Pimentel Rev.:



grupo que pretende levar adiante essa missão. Não há volta, nobres Deputados. Esse é um movimento sem volta. Ele vai avançar, retroceder não.

Então, que sejamos partícipes num processo de mudança, que o Brasil possa efetivamente ter políticas públicas para os animais como um todo e que nós possamos vislumbrar ainda, durante a nossa existência, essa mudança na sociedade.

Eu agradeço muitíssimo a audiência de todos vocês e em especial ao Deputado proponente, nosso querido amigo Deputado Giovani Cherini.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giovani Cherini) - Muito obrigado à Sra. Regina Becker. Agradeço também ao nosso Prefeito José Fortunati e a todos que estão acompanhando nossos trabalhos aqui e também pela Internet e pela *TV Câmara*. Com toda a certeza nós aprendemos muito e, como disse nesta última parte a Regina, realmente não tem volta. Nós temos que entender isso e trabalhar a favor dos direitos de todos os seres, não só dos seres humanos, mas também dos animais.

E agora vamos ouvir então a Dra. Angela Maria Branco. Ela me dizia ali na entrada que é um complemento, que dá para fazer o grande casamento das duas coisas: a gestão de fauna silvestre e o Centro de Manejo de Animais Silvestres.

Agradeço muito à nossa Deputada Marina Santanna, que também faz parte da nossa Frente Parlamentar de Saúde Integrativa Complementar, que será lançada nesta Casa dia 16 de outubro, às 8h30min. A saúde integrativa é o grande caminho para a saúde verdadeira, e não para doença. Agradeço ao Deputado Ricardo Tripoli, que também nos acompanha.

Eu acho que a Regina deu aqui um indicativo de como podemos proceder em relação àquele projeto dos rodeios. Acho que nós podemos trabalhar muito e fazer desse limão uma boa limonada. Nem o meu projeto, nem o seu, mas, quem sabe, alguma coisa que realmente regulamente e em que possa prevalecer o direito dos animais também, não é, Ricardo?

Com a palavra a Sra. Angela Maria Branco.

A SRA. ANGELA MARIA BRANCO - Bom dia, senhoras e senhores! Quero agradecer imensamente a Regina Becker, uma grande amiga da luta de proteção



animal. Agradeço também ao Deputado Giovani Cherini o convite e a oportunidade. Em especial agradeço ao Deputado Ricardo Tripoli, que indicou meu nome para fazer uma complementação, ou melhor, uma integração ao seu belíssimo trabalho realizado em Porto Alegre.

Eu fico mais à vontade nesta posição e eu vou falar bastante rapidamente, Esta apresentação será disponibilizada depois em PDF. Vou falar rapidamente, mas o tema é um pouquinho denso e, por isso, vou acelerar um pouquinho, mas a fala vai ficar registrada **nas apresentações.**

(Segue-se exibição de imagens.)

Bom, eu vou tratar da questão de serviços públicos de gestão de fauna silvestre, em especial do Centro de Manejo de Animais Silvestres, abrindo essa discussão nesta audiência pública.

Eu elenquei alguns instrumentos legais e artigos da Constituição que deixam claros os direitos dos animais e o papel do Estado na garantia desses direitos. A Constituição reza que o poder público deve proteger a fauna.

Aqui temos alguns marcos legais, como a dita Lei de Proteção à Fauna, que trazem a questão da propriedade: a fauna silvestre é propriedade do Estado.

E o que vem a ser a fauna silvestre? Aqui eu busquei a definição mesmo. Seriam as espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras, ou seja, tudo aquilo que não é cultivado pelo homem e que vive na natureza.

A Lei de Crimes Ambientais traz em seu § 1º do art. 25 um importante passo na questão da proteção dos animais, porque dispõe sobre os animais apreendidos, principalmente os provenientes de apreensões do tráfico de animais silvestres:

“Art. 25.....

§ 1º Os animais serão libertados em seu hábitat ou entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados.”

[CD10] Comentário:
Sessão:1389/13 Quarto:10
Taq.:Cláudia Márcia Rev.:



Minha apresentação vai estar concentrada basicamente na visão dessa questão da gestão de fauna silvestre no âmbito da academia. São trabalhos realizados na Faculdade de Saúde Pública, da Universidade de São Paulo.

Eu vou trazer alguns dados dessa dissertação, concluída em 2008, que trata exatamente das políticas públicas, da gestão pública e do manejo da fauna silvestre nativa resgatada. E o estudo de caso foi a Prefeitura da cidade de São Paulo.

Em continuação a essa dissertação, hoje está sendo trabalhada uma tese de doutorado sobre a gestão descentralizada da fauna silvestre também resgatada, ela traz esse recorte de animais resgatados.

O Município de São Paulo é a quarta maior cidade do mundo, com uma área de 1.500 quilômetros quadrados e uma população de mais de 11 milhões e 200 mil habitantes. E, quando nós pensamos na cidade de São Paulo, o que nos vem à mente geralmente é a cidade construída e a sua população. Mas, quando nos lembramos dos animais que vivem principalmente nessa mancha rosada — essa mancha é a parte urbana da cidade da São Paulo em imagens de satélite —, normalmente nós nos lembramos de quem? De nossos amigos cães e gatos, sempre conosco, dos animais de produção, dos animais de serviço. E há grande preocupação dos órgãos de saúde com relação, principalmente, a alguns animais indesejáveis e que merecem controle. Porém, nós vivemos com uma rica biodiversidade em nós mesmos. Nós carregamos microrganismos ora patogênicos, ora não. E esses microrganismos normalmente são ignorados, as pessoas nem sabem que convivem com eles. Mas há um outro grupo de animais que é quase ignorado, principalmente em cidades como São Paulo. Muitos paulistanos desconhecem que ainda, em quase um terço da cidade, existem remanescentes florestais, remanescentes de Mata Atlântica. E é exatamente nesses remanescentes que vive uma rica biodiversidade faunística. Chamo atenção para a presença e ocorrência ainda da onça-parda nos limites de São Paulo, o que demonstra o quanto é rica a biodiversidade da cidade. A onça-parda foi considerada o símbolo da cidade de São Paulo.

E, quando no meio urbano nós pensamos em animais, quais deles nos vem à mente? Normalmente aqueles animais que chegam à cidade, até por conta de uma demanda. Aqui, essa demanda está representada por um animal muito buscado e



muito comercializado ilegalmente, que são os psitacídeos, os papagaios. Essas apreensões são feitas pelos órgãos de polícia. Mas, normalmente, o que passa despercebido à cidade e aos cidadãos são os animais vitimados pela própria existência, pela própria dinâmica da cidade. Então, muitos animais silvestres são atropelados, eletrocutados, são vítimas de incêndios, queimadas, perda de filhote e até mesmo caçados por animais domésticos. E alguns desses animais chegam à mão do cidadão, chegam até à mão do serviço público, que é acionado para fazer o resgate, principalmente quando eles ainda estão vivos.

Voltando à questão da pesquisa, o objetivo da pesquisa foi avaliar a política pública e a gestão da fauna silvestre nativa, adotada pela Prefeitura de São Paulo, a fim de verificar se elas se prestam como modelo descentralizado para outros órgãos ambientais.

A hipótese lançada no momento foi a de que o Estado, nas suas diferentes esferas de Governo, deve ser aparelhado para fazer a gestão e o manejo da fauna silvestre nativa em seu território.

O marco teórico nos dá um panorama da questão, e eu vou listar algumas questões bastante importantes a serem consideradas quando se trata da questão dos silvestres: animais silvestres sofrem as consequências da perda de *habitat* e a pressão antrópica; os animais vitimados são atendidos normalmente por ONGs; o animal silvestre é propriedade do Estado. Tanto a União quanto Estados e Municípios podem legislar sobre a fauna silvestre. A gestão da fauna silvestre requer recursos específicos. Os Centros de Triagem, que são uma figura de centros do IBAMA, não são institucionalizados, ou seja, não são criados por lei. Animais silvestres são bioindicadores e podem portar diversas zoonoses. O controle de animais está ligado às áreas de saúde pública e vigilância ambiental.

Com relação ao estudo de caso (a Prefeitura de São Paulo, a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, o Departamento de Parques e Áreas Verdes, a Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre, que recebe a sigla DEPAVE-3). Essa divisão possui uma sede, no Parque Ibirapuera, que funciona como um hospital veterinário, e é por onde dão entrada todos os animais que são resgatados ou apreendidos e entregues à instituição. Como eles são resgatados? Muitos chegam pela mão do particular, que encontra o animal

[c11] Comentário: Sessão:1389/13
Quarto:11 Taq.:Mônica Froese Rev.:



necessitando de cuidados, e lá ele é entregue. Também atende animais apreendidos pelos órgãos de fiscalização, no caso de combate ao comércio ilegal.

Uma outra sede, que fica no Parque Anhanguera, dá continuidade ao trabalho iniciado pela área, vamos dizer, hospitalar, reabilitando o animal para poder reintegrá-lo à natureza. Essa é a missão desse serviço. Ele foi criado com esta missão: reintegração do animal à natureza, vindo ao encontro da Lei de Crimes Ambientais. Porém, a visão desse serviço não é a de mera proteção animal, mas de vigilância em saúde ambiental. Essa é a grande visão do trabalho.

Aqui eu vou mostrar um pouquinho o fluxo, só para ter um entendimento do que ocorre dentro desse serviço. Primeiro, a entrada do animal. Depois, ele passa por diversas áreas: a área de clínica médica e cirúrgica, a área de biologia e há também uma área laboratorial. Nessa área são feitos procedimentos como numa internação: tratamento médico, tratamento cirúrgico, um exame complementar — tudo o que é necessário para recuperar a saúde do animal. Também é coletado material para análise, e isso merece um destaque, que é a questão do laboratório, que busca processar esse material da melhor forma possível (materiais como sangue, urina, fezes, ectoparasitas, enfim, todo o tipo de material que possa ser coletado desse animal durante o seu procedimento). Essa passagem pelo laboratório gera um laudo, que é importante para alimentar, também, a clínica médica nos seus procedimentos. Todo esse processo ocorre no que defino como Centro de Manejo de Animais Silvestres.

Dando continuidade, após uma alta, esse animal tem a saída, e essa saída pode se dar de algumas maneiras. Uma, pela morte do animal. O animal, vindo a óbito, deve ser submetido a exames de necropsia e histopatologia. Isso vai gerar um novo laudo, que volta a fazer parte do prontuário do animal. A área de Biologia pode preparar essa peça, caso necessite desse material para acervo — é bastante interessante ter um acervo para subsidiar estudos de inventário faunístico, a identificação de animais. Em alguns casos, esse material vai para museus interessados em receber essas peças.

Um outro destino dos animais seria o cativeiro. São aqueles animais que são recuperados, tiveram alta, porém, não podem ser reintegrados, por limitações. Esses cativeiros, normalmente, são zoológicos, criadouros, todos autorizados pelo IBAMA.

[c12] Comentário: Sessão:1389/13
Quarto:12 Taq.:Mônica Froese Rev.:



E o destino desejado pelo serviço, que seria a soltura, que demonstra o sucesso do atendimento em todas essas etapas. O ideal é que os animais também pudessem ser monitorados em vida livre, porém, isso é muito complexo, é muito dispendioso, não é fácil de ser feito.

Todas essas informações, principalmente do prontuário dos animais, são mantidas dentro de um sistema informatizado, denominado SISFAUNA.

Aqui eu aproveito para distinguir o que vem a ser o manejo do animal silvestre do manejo de fauna. O animal, aqui, é um indivíduo que passa por esse processo de internação. Já o manejo de fauna são as técnicas que são desenvolvidas com os animais no ambiente, por isso a palavra é fauna, e não mais animais silvestres.

Aqui estão os dados — eu só chamo a atenção para olharem essas colunas em azul comparadas com as colunas em vermelho — que trazem o número de animais que deram entrada no DEPAVI-3, segundo ano. Aqui, é um estudo de 16 anos de funcionamento do centro. Ele começa, timidamente, em 1992, e depois vai ganhando força ao longo de sua existência. Como o estudo fechou em 2007, essa análise foi feita até 2007.

O que chama a atenção é que, em azul, são os animais resgatados e, em vermelho, os animais apreendidos, ficando claro que a maior parte dos animais veio, realmente, de resgates, ou seja, da própria cidade ou do entorno.

Num total de 27.779 animais, 58,6% eram animais resgatados, contra 41,4% de animais apreendidos. Esse dado é importante quando nós vamos avaliar o destino que tiveram todos esses 27.779 animais. E um dado muito interessante e importante é que quase 51% foram reintegrados, foram soltos, independentemente de serem resgatados ou apreendidos. Esse é um dado muito interessante, porque aqui estão todos. Mostra o alto índice de mortalidade — quase 34% dos animais tiveram óbito dentro do serviço —, demonstrando, comprovando, que esses animais vêm em péssimas condições e muito maltratados. Mas apenas quase 10% foram para o cativeiro, e isso é um bom sinal.

A conclusão sobre o estudo de caso da Prefeitura de São Paulo revela que a Prefeitura cumpre a legislação ambiental referente à fauna; disponibiliza um serviço público, criado por leis, para atendimento de demandas sobre a fauna silvestre; possui inventário faunístico atualizado, realizado pela equipe, principalmente de



biólogos, que fazem o manejo da fauna; fornece material para pesquisa — todo aquele material colhido, em que, normalmente, são processados institutos de pesquisa, faculdades, por pesquisadores que se interessam em receber esse material para a sua própria pesquisa; desenvolve técnicas e cuidados de manejo animal, porque aprende fazendo, é um aprendizado constante; detecta doenças presentes na fauna silvestre e vida livre, a partir de uma busca ativa; forma profissionais especializados no manejo de animais; divulga os resultados dos trabalhos em congressos, *papers* e publicações; ela criou indicadores ambientais referentes à fauna silvestre, a única cidade que traz indicadores para animais; emprega esses dados sobre fauna silvestre — isso é muito importante — nas áreas de planejamento, licenciamento e fiscalização (obviamente, todos esses dados são trabalhados pelas demais áreas da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente); contribui com as áreas de meio ambiente e saúde pública e interage com outras instituições — sem outras instituições parceiras esse trabalho não ocorre.

A hipótese lançada no início do estudo comprovou-se como verdadeira, e o Estado, então, nas suas diferentes esferas de Governo, deve ser aparelhado para fazer a gestão e o manejo da fauna silvestre nativa em seu território. Há a visão da descentralização do serviço.

Ela alerta que assumir a gestão da fauna silvestre requer da instituição uma grande capacidade financeira para arcar com os custos do serviço, que é necessário contar com instituições de pesquisa e ensino próximos ao serviço, e é imprescindível que o serviço seja instituído por lei que garanta a sua estruturação, a sua operação e, principalmente, a sua continuidade.

E é recomendação da pesquisa que as Capitais de Estado e as principais cidades do País integrantes do SISNAMA criem políticas públicas e assumam a gestão da fauna silvestre nativa do seu território, criando serviços voltados ao manejo de animais silvestres resgatados na região, a exemplo da cidade de São Paulo. Essa medida possibilitaria que um maior número de animais vitimados também pelo comércio ilegal fosse reintegrado ao meio natural, quando repatriados ao Estado de origem. Portanto, a continuidade desse serviço seria realizada no próprio Estado de origem, onde eles deveriam ser soltos.

[CD13] Comentário:
Sessão:1389/13 Quarto:13 Taq.:Gladys
Rev.:



Eu falei dos resultados, falei de informações, mas eu não falei da estrutura. Então, agora, eu inverteo e falo da estrutura. Quem é que está fazendo esse serviço? Eu já comentei a que órgão ele está ligado, à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, e a Divisão possui: uma Seção Técnica de Assistência Médico Veterinária, que seria aquela ideia do hospital, a entrada, o serviço hospitalar; uma Seção Técnica de Medicina Veterinária Preventiva, que aqui já tem um olhar mais voltado para a gestão da fauna. A partir dos dados gerados nesta seção, ela trabalha com o olhar de medicina preventiva para o meio; uma Seção de Biologia e de Manejo da Fauna, bastante responsável, que é o setor que cuida do inventário faunístico da cidade. E todo esse serviço foi criado aqui, pela Lei nº 11.426, de 18 de outubro de 1993.

Naquela ocasião, o serviço foi criado bastante enxuto. Felizmente, em 1996, pela Lei nº 12.055, de 9 de maio, esse serviço ganhou mais corpo. Na verdade, já ocorria a atividade, mas não existia a estrutura. Essa lei, é interessante, parte do Legislativo. É uma lei do Vereador Roberto Tripoli, de São Paulo, complementando essa estrutura que foi criada pelo Executivo.

Essa lei também criou o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres e criou também o Centro de Triagem de Animais Silvestres. Aqui eu faço um destaque: essa palavra “triagem” não tem a ver com o Centro de Triagens do IBAMA, porque é uma triagem de destinação do animal. Aqui ele já passou por todo o serviço e ele vai para a reabilitação depois. Ele tem que ser destinado, e é aqui que se faz essa destinação. Merece esse destaque para não ter confusão.

Então, demonstra que houve um esforço do Executivo complementado pelo Legislativo, no sentido de complementar. E essa estrutura opera com mais tranquilidade com essa estrutura organizacional.

Quando o trabalho foi concluído — ele foi concluído em 2008 —, era essa a lei que regia na ocasião: 59 funcionários voltados para essa atividade mais 21 estagiários, sendo que esses estagiários permanecem de 1 a 2 anos no serviço. O que ocorreu na sequência foi que, após 2009, esse serviço foi reestruturado, porque a Lei nº 14.887, de janeiro de 2009, reestruturou toda a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, e, ao reestruturar a Secretaria, também a Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna foi reestruturada e ganhou mais



corpo. Onde existiam inicialmente quatro casinhas passou a ter agora sete, sete cargos de coordenador de áreas. Onde existia, no nível hierárquico, uma casinha, vamos assim dizer, passou a haver agora oito e ainda ganhou mais corpo com os encarregados de equipe. Então ela teve sua estrutura multiplicada por seis após 2009. Ora, se isso aconteceu é porque houve um entendimento da importância do trabalho para dar toda essa força, e, aqui, toda uma iniciativa do próprio Executivo. E continuam ainda lá o CRAS e o CETAS, da lei que partiu do Legislativo, da Câmara Municipal. Então, ela hoje é uma estrutura bastante robusta. E é dentro desse universo que está sendo trabalhada a questão da implementação da vigilância em saúde ambiental por meio do animal silvestre.

Vocês se lembram daquele fluxo que foi mostrado. O que ocorre é que surge, então, o espaço para a vigilância em saúde ambiental do animal silvestre, atuando aqui, antes que o animal dê entrada no serviço. É importante que já haja atuação nessa fase e, principalmente, aqui, porque hoje existe um grande problema, que é o que fazer com os animais silvestres que se encontram dentro dos centros; eles não têm destino. E a tese traz uma solução para esse problema.

É óbvio que para isso acontecer ela está envolvendo mais atores, mais secretarias e, além dos atores institucionais, também ONGs e o próprio cidadão. Esse é o grande avanço no manejo de animal silvestre, ampliando suas ações.

Paralelamente ao que ocorria no Governo do Estado de São Paulo, nós temos que lembrar que, em 2000, foi criado o Programa de Proteção à Fauna Silvestre — e aqui, novamente, eu tenho que destacar o nome do Deputado Ricardo Tripoli, que era o Secretário do Meio Ambiente à época. E esse programa de que estamos tratando foi criado por lei em agosto de 2005.

Eu destaquei aqui, do programa que nós estamos tratando, que, na verdade, ele traz dispositivo no sentido de que todos os Municípios do Estado poderão viabilizar a implantação de Centros de Manejo de Animais Silvestre para tudo o que já foi dito e, ainda, promover ações educativas e de conscientização ambiental. Isso é bastante importante, porque essa questão estava muito clara no projeto de lei.

Uma síntese, agora, do que eu falei.

Bom, nós estamos aqui no momento discutindo Secretaria Especial dos Direitos Animais.

[CD14] Comentário:
Sessão:1389/13 Quarto:14 Taq.:Gladys
Rev.:



Com relação aos silvestres, o que eu procurei trazer aqui, com o olhar da academia, é que, com relação às políticas públicas de proteção e defesa animal, o Município de São Paulo é um modelo, porque iniciou há 25 anos com um projeto, que, em 1991, começou a ser implantado; Em 1993, foi criado por lei; em 1996, foi complementado por outra lei; em 2009, foi reestruturado por outra lei. Nós temos todas essas leis.

Já no Governo do Estado de São Paulo, a iniciativa começa com o Secretário Ricardo Tripoli, em 1999, com a redação do projeto; em 2000, com a criação do Programa de Proteção à Fauna Silvestre do Governo do Estado; em 2003, com a inauguração do Centro de Manejo de Animais Silvestres do Estado; em 2005, aí, sim, com a lei que criou o Código de Proteção Animal do Estado.

As referências, para quem tiver interesse, estão aqui: as diversas leis e as referências da área técnica do trabalho acadêmico.

Próximos passos da pesquisa. Nós estamos no momento de discutir a gestão descentralizada da fauna silvestre — aqui está o País — e a distribuição dos centros de triagem de animais silvestres do IBAMA.

Essas são figuras de centros que recebem os animais apreendidos, num total de 60 centros. Nós estamos na fase de aplicação de questionários e de visitas. E, para isso ocorrer, nós precisamos da colaboração do IBAMA. Esse é um grande problema, porque nós temos que obter os dados de todos esses centros, mostrando que o Estado... Aqui, olha: na Região Sudeste, 18; no Nordeste, 18. Nós precisamos saber como andam os recursos e a estrutura para podermos avançar nesse processo.

Para finalizar, se nós estamos aqui discutindo a questão dos direitos dos animais, eu entendo que é uma obrigação nossa, é um dever nosso, cuidar para que eles permaneçam livres na natureza. Esse é o maior direito que eles têm.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giovani Cherini) - Nós queremos agradecer a exposição à Dra. Angela Maria Branco, pesquisadora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, e agradecer ao Deputado Ricardo Tripoli a indicação de seu nome.



Com toda a certeza, nós aprendemos muito aqui e temos muito ainda a aprender em relação a isso — muito mesmo —, porque a nossa visão desenvolvimentista, muitas vezes, colide com a visão da preservação. E nós temos que adequar a nossa visão e fazer com que os direitos dos animais sejam preservados.

Quero agradecer ao Prefeito José Carlos Azeredo, de Arroio dos Ratos, a presença. Obrigado! S.Exa. acompanhou desde o início este debate, lá naquele Município.

Agradeço também ao Sr. Rudney Recker, de São Lourenço do Sul, que também está presente; ao Sr. Albertinho, de Passo Fundo; e a todos os demais que acompanharam o debate.

Coloco a palavra à disposição. Teremos sessão às 13 horas.

Deputado Ricardo Tripoli, seria importante, essencial, a sua fala.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Obrigado, Deputado Giovani Cherini.

Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pela brilhante iniciativa de trazer hoje à Câmara Federal duas expoentes, duas grandes autoridades na questão da defesa animal, duas colegas nossas.

A Dra. Regina Becker fez uma brilhante apresentação em defesa dos animais domésticos. Conhecemos o seu trabalho e o seu engajamento nessa questão, que é uma causa planetária, eu diria, não localizada. O reflexo disso, não tenham dúvida, percorrerá o mundo. Da mesma forma, foi brilhante a nossa colega Angela Branco, que tem sido uma grande parceira no Estado de São Paulo. Na área de silvestres, é uma grande autoridade, tem-nos ajudado bastante.

Que bom seria se o IBAMA ouvisse ambas as palestrantes, e o Governo Federal tivesse um pouco de sensibilidade para esta causa tão cara, tão importante para todos nós!

Mas eu não poderia deixar de fazer o registro aqui, na presença do Prefeito José Fortunati, da coragem que teve S.Exa. na criação da Secretaria dos Direitos Animais. Nós sabemos a restrição e o preconceito que existe nessa área. Eu imagino que o Prefeito deve ter sofrido, quando sugeriu isso e fez a ideia passar pela Câmara Municipal. Nós, que somos Parlamentares, e o nosso querido Prefeito

[CD15] Comentário:
Sessão:1389/13 Quarto:15
Taq.:Rosane Galvão Rev.:



sabemos muito bem que se imagina que o voto esteja ligado àquelas questões ditas mais emergentes, como se a questão da proteção animal não fosse emergente. Hoje essa postura já se modifica um pouco, pelo resultado das eleições. As pessoas veem que há compatibilidade nessas questões.

E digo mais do que isso, Prefeito, em relação à sua coragem. Todos nós, quando vamos discutir proteção animal — normalmente a classe política como um todo, não especificamente alguns, embora todos os que estão aqui obviamente tenham a mesma visão nesse aspecto —, ouvimos: *“Ah, por que vocês não vão cuidar de crianças e de idosos?”* Falam como se essa fosse matéria divergente! Eu insisto: é matéria convergente. Quem gosta de animal, gosta de gente, tanto de idoso quanto de criança; gosta, enfim, do ser humano. E hoje o animal, principalmente os domésticos, é um grande parceiro daqueles que lutam nesta área.

Ontem, em uma reunião aqui, narrei uma experiência que tive lá em São Paulo, há alguns anos, durante uma dessas campanhas de controle populacional. Eu disse a uma senhora de cerca de 80 anos que trazia um cãozinho com ela: *“A senhora se afeiçãoou tanto a esse cachorrinho! Onde ele se alimenta?”* Ela falou: *“Na minha cozinha. Enquanto eu almoço, ele está aqui do meu lado; enquanto eu janto, ele se alimenta aqui do meu lado”*. Perguntei: *“Ele tem uma casinha lá no quintal?”* Ela respondeu: *“Não, ele tem um tapetinho do lado da minha cama. Eu durmo na minha cama, ele dorme no tapetinho”*. E a última pergunta que fiz a ela e que me deixou extremamente emocionado e preocupado foi esta: *“Por que a senhora se apegou tanto a esse cachorrinho?”* Ela me disse o seguinte: *“Depois que os meus filhos me abandonaram, é a única figura que me faz companhia”*. Isto ficou muito marcado em mim: uma pessoa que chegou aos 80 anos, criou os filhos, deu a eles oportunidades, abriu espaços, dizer para nós que o único ser vivo que lhe faz companhia é o seu cãozinho, que ela mantém o dia inteiro com ela, levando-o para cima e para baixo!

Portanto, Prefeito, receba as nossas homenagens, em nome da Comissão de Meio Ambiente, pela bravura, pela coragem e pela maneira como V.Exa. enfrentou a questão na sua Prefeitura, na Prefeitura de Porto Alegre, uma das mais importantes do nosso Brasil. Com muita coragem, V.Exa. foi o precursor desse processo, que,

[CD16] Comentário:
Sessão:1389/13 Quarto:16
Taq.:Rosane Galvão Rev.:



com toda a certeza, será modelo para todo o Brasil no que diz respeito à proteção aos animais domésticos.

E digo isso com tranquilidade, porque, quando o Vereador Roberto Tripoli, que é meu irmão, destinou 10 milhões de reais, na peça orçamentária, para a criação do primeiro hospital público de cães e gatos, foi uma loucura em São Paulo. Houve *e-mails* contrários: *“Como é que se gasta esse valor, sendo que está faltando dinheiro aqui e ali!”* Vendo a implantação do hospital público, fico imaginando o que V.Exa. deve ter passado no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Penso na dificuldade de convencer os Vereadores de que os cidadãos querem a proteção dos animais. Por isso, receba V.Exa. a nossa homenagem, pela coragem e bravura que teve. E estendemos esta homenagem à sua esposa, Regina Becker. Dizem que atrás de um grande homem há uma grande mulher, mas eu não diria isso; diria “ao lado” ou “na frente”, porque as mulheres são precursoras nesse processo. E nós temos que nos dobrar a isso. Em casa também tenho três protetoras, que vivem defendendo os animais. Muitas vezes recebo até mensagem no celular: *“Olha, está acontecendo tal coisa, em tal lugar, no Pará! Você precisa dar uma olhada nisso!”* E lá vamos nós atrás! Aceite a minha homenagem também, Regina.

Quero dizer, rapidamente, como essas coisas andam por aqui, na Câmara Federal.

Quando cheguei a esta Casa, obviamente, inspirado pela nossa causa, eu já havia aprovado o Código Estadual de Proteção aos Animais em São Paulo, que sofreu alguns vetos. Tivemos que nos socorrer da derrubada dos vetos e, então, tivemos o problema das chamadas ações diretas de inconstitucionalidade, as ADINs. Estamos discutindo isso, mas vários juízes e promotores de justiça estão usando, em São Paulo e fora de São Paulo, argumentos que constam desse Código.

O Código foi elaborado com ambientalistas, classe científica, vários companheiros e amigos, inclusive a Dra. Angela Branco — como nós estamos em Brasília, eu posso falar, porque em São Paulo temos que tomar cuidado, pois ela pode ser perseguida lá no departamento dela: *“Mas você faz um trabalho contrário!”* (Risos.)

Quando cheguei a Brasília, em 2007, apresentamos o Código Nacional de Defesa Animal. Quando vejo a Ministra se debruçando sobre o tema, penso que



seria importante — e acho até que a nossa querida Regina pode ajudar nisto — pedir à Ministra que nos ajude a aprovar o projeto que está nesta Casa. O projeto é extremamente amplo, mas podemos fazer alguns ajustes nele, não vejo problema. Há alguns segmentos, como os de criação de bovinos e de equinos, que sempre apresentam restrição. É possível negociarmos.

O projeto está pronto desde 2007, quando veio para a Comissão de Meio Ambiente. Mas o que aconteceu? Alguns Deputados entenderam que o projeto deveria tramitar em outras Comissões, além da Comissão de Meio Ambiente, da Comissão de Educação e da Comissão de Constituição e Justiça. Obviamente, quando se designam cinco Comissões para apreciar um projeto, cria-se o que em São Paulo chamamos de congresso de Comissões. Nesse caso, cada Líder tem que indicar dois ou três nomes. Estamos aguardando, desde 2007, a indicação dos nomes. Obviamente, não há interesse da Casa em votar um projeto dessa dimensão, dessa envergadura.

Eu não vejo nem problema em abrir mão da autoria, se o Governo Federal resolver encampar boa parte do que consta no projeto, obviamente, discutindo com os senhores e as senhoras como podemos caminhar com isso.

Mais recentemente, apresentei um projeto voltado aos animais domésticos, porque hoje estamos vendo na televisão, ouvindo nos rádios, lendo nos jornais e nas revistas o problema da agressão contra os animais. Está-se tornando algo insuportável!

O Prefeito de uma cidade do Pará resolveu pagar 5 reais por cadela, para poder levá-las, segundo ele, para uma ilha. Depois foram encontrados cães boiando no meio do rio. Isso fez com que realizássemos audiência pública aqui. Promotoras de Justiça Estadual e Federal vieram aqui e foram muito rápidas, porque a legislação não tem como segurar a determinação do Prefeito, que pagava com dinheiro público pelos cães. Como o Prefeito estava obstruindo a investigação, no tocante às provas de testemunhas que tinham sido agredidas por ele, quando filmaram a operação — uma operação completamente maluca —, elas conseguiram afastar o Prefeito por 90 dias, o que foi muito bom. Mas nós precisamos de embasamento jurídico. Até pela minha formação de advogado, vejo a dificuldade



que existe nessa questão, porque a pena para agressão aos animais vai de 3 meses a 1 ano.

O que a Regina Becker mostrou aqui foram animais que têm problemas, como falta de órgãos. E nós vemos o caso daquele cão louco que foi arrastado por uma caminhonete ou daquele animal ao qual jogaram álcool e puseram fogo, daquela senhora, médica, com filho pequenininho, que mata o animal na frente da filha — uma coisa esdrúxula. O outro briga com a mulher e joga o cão pela janela do sétimo andar. Quer dizer, volta e meia há esses casos que deixam a todos nós estarecidos.

E aí eu fiz um projeto que aumenta as penas de crimes causados por maus-tratos aos animais. A pena vai de 3 anos a 5 anos de reclusão. Na Comissão de Justiça, que foi a última por onde passou o projeto, nós fizemos um acordo, porque eu tinha colocado como agravante 8 anos. Nós retiramos o agravante e houve um consenso: a Comissão aprovou por unanimidade o projeto de lei, que agora precisa ir para o Plenário.

Nosso querido Fortunati, que já foi Deputado, já passou pelo Parlamento muitas vezes, sabe a dificuldade que é pautar um projeto, mas, na semana passada, eu tive uma ótima notícia: consegui com o Presidente da Casa — e todos os Líderes já subscreveram — a urgência do projeto. Então, eu espero que, até o final deste mês ou o comecinho de outubro, nós possamos aprovar o projeto, porque, se esperarmos a aprovação do Código Penal, vai ser muito difícil, pois isso vai demorar muito tempo. Mas, se tivermos a aprovação daquele projeto, vai ajudar bastante.

Por conta disso, nós elaboramos um manual jurídico de proteção aos animais, em que as pessoas podem consultar modelos de petição ao Ministério Público, ao IBAMA. Há um modelo de boletim de ocorrência no caso de maus-tratos e, a partir dali, elas podem formulá-los. Inclusive, estou disponibilizando isso na Internet.

Eu queria, por último, Sr. Presidente, lembrar uma coisa importante: a questão ambiental é o último item dos orçamentos da União e dos Estados, porque realmente há aquela questão prioritária — não é o caso do Prefeito, porque ele deu um *upgrade* nessa questão animal e a colocou num patamar que merece e tem importância.



Sobre os passivos ambientais no Brasil: toda vez que nós lemos no jornal que a PETROBRAS foi multada em 20 milhões, 30 milhões, 50 milhões — eu citei a PETROBRAS, porque é uma das mais multadas em agressões ambientais como derramamento de petróleo e coisas do tipo, mas tantas outras empresas são multadas —, esses recursos normalmente vão para um caixa único da União, ou seja, para o Ministério da Fazenda, e o Ministério do Planejamento faz a alocação desses recursos.

Seria importante que nós começássemos a operar para que viessem recursos para projetos dessa dimensão, como temos lá no Rio Grande do Sul, como temos lá na cidade de São Paulo. Quer dizer, esses recursos não chegam, eles vão para outras áreas. Então, nós vamos tentar aqui somar esforços, vamos propor uma audiência pública, e eu conto com o Deputado Giovani Cherini para que nós possamos saber para onde estão indo os recursos que deveriam ir para a área fim.

Para a área de flora, sempre há as entidades que vão buscar recursos na iniciativa privada, mas para a fauna há muita dificuldade. Seria importante que o Governo Federal entendesse isso. Quem sabe a nossa Ministra Gleisi Hoffmann não possa nos ajudar para podermos captar esses recursos e passá-los a Prefeituras e entidades que fazem esse trabalho?

Encerrando aqui, Deputado Cherini, agradeço muito a oportunidade de participar desta reunião e cumprimento-o mais uma vez pela iniciativa das duas brilhantes apresentações, que foram feitas pelas maiores autoridades em defesa dos animais tanto domésticos como da fauna silvestre.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giovani Cherini) - Obrigado, Deputado Ricardo Tripoli.

Vamos ouvir a Vereadora Ana Rita Tavares, de Salvador, do PV da Bahia.

A SRA. ANA RITA TAVARES - Pois não. É uma alegria muito grande, Deputado Giovani Cherini, estar aqui vendo que o sentimento de D. Maria, lá de Chorrochó, um Município pequenininho da Bahia, é o sentimento dos Parlamentares, dos gestores que estão preocupados realmente com essa questão da defesa dos animais. Quero parabenizar a minha querida Regina Becker, que hoje é uma estrela



de quinta grandeza no movimento animal em nível nacional, por sua coragem, por suas ações, que causam não só a nossa admiração.

Eu sou advogada por formação, dedico-me inteiramente hoje a essa causa e vejo a importância do trabalho que é feito lá em Porto Alegre, através da SEDA. Quero agradecer penhoradamente, de coração e de alma, ao nosso querido José Fortunati, Prefeito de Porto Alegre, pela coragem de ter tido essa iniciativa, porque, até há muito pouco tempo, os protetores de animais, as pessoas que têm essa sensibilidade eram tidas como pessoas desocupadas, que não tinham coisas melhores a fazer na vida. Hoje, contamos com um time maravilhoso de pessoas altamente qualificadas, seja intelectualmente, seja profissionalmente, na defesa dos animais, que são seres completamente indefesos. Essas pessoas estão aí para atender à Constituição Federal, que impõe ao poder público o dever, ou melhor, que incumbe ao poder público, como diz o art. 225, o dever de proteger a fauna, que são os animais.

Quero parabenizar a Dra. Angela Branco por seu trabalho lá em São Paulo, muito bonito e importante, e o Deputado Ricardo Tripoli, que é esse esteio aqui no Congresso, na Câmara Federal, para levar adiante o aperfeiçoamento da legislação federal em defesa dos animais.

Quero também aqui registrar a importância da Frente Parlamentar em Defesa dos Animais. O Deputado Ricardo Izar não se encontra presente, mas temos tido uma vinculação no sentido de se criarem frentes parlamentares também nos Municípios baianos.

Eu apresentei o projeto de resolução e foi criada a Frente Parlamentar em Defesa dos Animais lá na Câmara Municipal. Fui eleita Vereadora com 10.039 votos, sem gastar dinheiro na campanha, porque eu não tinha, porque o meu dinheiro todo vai para sustentar um abrigo com quase 300 animais, cães de rua.

Sou advogada por formação, auditora jurídica do Tribunal de Contas do Estado, mas, há pouco mais de 10 anos, eu fui cooptada pelo sentimento e pela consciência da necessidade de se fazer essa proteção dos animais. Então, dedico o meu ofício de advogada e agora de Vereadora lá para tentar transformar essa realidade terrível.

[CD17] Comentário:
Sessão:1389/13 Quarto:18
Taq.:Amanda Lima Rev.:



Quero dizer que no dia 12 de novembro — foi a agenda que nós já conseguimos lá, a depender da confirmação aqui do Prefeito Fortunati e da Secretária Regina Becker — teremos uma audiência em Salvador para discutir a implantação de políticas públicas de atenção aos animais.

O Prefeito ACM Neto, que, desde a época de campanha, firmou um compromisso conosco de implantar um hospital veterinário, o castra-móvel e agora a SEDA, um projeto de indicação que eu apresentei e que já foi aprovado, porque nós queremos uma SEDA em Salvador também, está sensibilizado e hoje tem consciência de que Salvador precisa avançar nesse aspecto.

Para finalizar, quero só deixar uma contribuição aqui com relação a esse projeto de lei maravilhoso que o senhor apresentou para o aumento das penas. Entendo eu que, de fato, deve haver o aumento, fazer sair o crime de maus-tratos a animais dessa condição de crime de menor potencial ofensivo. É muito pouco a pena de 3 meses a 1 ano de detenção, porque se decepa a cabeça de um animal e se fica por conta de uma transação penal que é oferecida, por imposição da lei, pelo Ministério Público. Paga-se uma cesta básica, e é como se tivesse resolvido. E não resolveu.

Então, o aumento da pena, através do seu projeto de lei, Deputado, é importantíssimo, mas eu gostaria de deixar aqui a contribuição para que, ao lado do aumento da pena, exista a determinação de o agressor ser submetido a um programa de educação e sensibilização. Vamos apenas, mas é preciso transformar o que de ruim há dentro dele. Que ele seja obrigado a assistir a vídeos, etc., para que se possa transformar esse sentido de maldade.

Muito obrigada.

Para mim, foi uma honra muito grande e estou à disposição em Salvador para o que se fizer necessário. Parabéns à Comissão!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giovani Cherini) - Muito obrigado, Vereadora.

Para as considerações finais, concedo a palavra à Dra. Angela Branco e depois à Regina Becker.

A SRA. ANGELA MARIA BRANCO - Como consideração final, eu gostaria só de lembrar como é difícil formular uma política pública que se inicia às vezes por uma pessoa, passa por um grupo, vai se fortalecendo ao longo dos anos.



E essa política pública adotada pela Prefeitura de São Paulo demonstra que se levaram 25 anos para que uma ideia fosse realmente plantada. Hoje ela germinou e está bastante robusta, graças à atuação tanto do Executivo como da Câmara Municipal, que também concordam com as pessoas que enfrentam essas questões e querem buscar soluções para os problemas. E, quando falamos dos animais silvestres, eles não estão deslocados da questão do meio. Quando fazemos trabalho com eles, eles nos trazem informações sobre o meio, eles nos dão ferramentas, instrumentos, para que possamos até fazer a proteção ambiental. Estão estritamente relacionados. Se nós temos uma área com animais silvestres cuidados e protegidos, isso demonstra que aquela área também está protegida. Então está diretamente relacionada a questões legais.

E realmente, como foi destacado pelo Deputado Ricardo Tripoli, existem muitos fundos que podem ser empregados. Entendo que a questão dos animais permeia várias secretarias — na questão silvestre, ele passa por pelo menos quatro diferentes Ministérios, que podem colaborar nesse processo. Então, vejo como muito interessante a ideia de criação de órgãos especiais voltados à defesa dos animais, como vem ocorrendo em Porto Alegre — já deixo uma dica para a Sra. Regina Becker, para olhar com carinho também a questão do silvestre nesse processo de crescimento da Secretaria, porque essa Secretaria só tende a crescer.

E ao Deputado Ricardo Tripoli, que também acompanhe o processo que está ocorrendo em São Paulo de reestruturação da Secretaria, onde já existe um trabalho de referência nacional e internacional realizado com silvestre, dentro desse momento que talvez também possamos pensar em São Paulo — por que não? — ter uma secretaria especial de defesa dos animais, juntando o belíssimo trabalho que já é realizado com animais domésticos com o belíssimo trabalho realizado pela Prefeitura com os silvestres.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giovani Cherini) - Com a palavra a Sra. Regina Becker.

A SRA. REGINA BECKER - Gostaria de fazer duas observações rápidas — uma para a Dra. Angela. Eu tenho participado de discussões junto à Superintendência do IBAMA em Porto Alegre quanto à criação do CETAS na nossa

[CD18] Comentário:
Sessão:1389/13 Quarto:19
Taq.:Débora Lopes Rev.:



região. O IBAMA dispõe de um projeto pronto, e a área a ser construída será dentro do *campus* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Não há orçamento, um orçamento que envolve 1 milhão e meio de reais para a construção desse CETAS, porque o Governo Federal não disponibilizou nem para o IBAMA, nem para a Universidade Federal. Então, nós estamos num movimento de buscar recursos junto à iniciativa privada para que seja construído dentro do *campus* da UFRGS esse CETAS, sob supervisão em parceria do IBAMA e da Universidade. Nós temos hoje somente um centro no Rio Grande do Sul — o que é lamentável — na cidade de Santa Maria, onde se recebem esses animais silvestres para acolhimento, tratamento, enfim, vítimas, como todos os animais. Então, nós estamos empenhados nesse projeto, estamos trabalhando.

Dentro da SEDA, também, vamos desenvolver um projeto com o IBAMA relacionado aos bugios, dos quais há uma quantidade enorme na zona sul da capital. Eles também são vítimas; eles estão sem alimentos, eles buscam e invadem as casas das pessoas em busca de comida, entram pelas cozinhas — ninguém entende —, adentram as janelas, furtam coisas, por fome. Nós temos um projeto que vamos iniciar, que seria a passagem dos bugios pela SEDA para depois serem reintroduzidos no meio silvestre.

Em relação à sua sugestão, Deputado, quanto aos fundos de meio ambiente, eu entendo que aí há a possibilidade clara de uma ação por parte de vocês. De que forma? Eu estive com a Chefe da Vigilância Sanitária, Dra. Sônia, do Ministério da Saúde, porque é ela que administra esses recursos que são destinados a todas as prefeituras do País para a questão dos animais dentro do caixa do Ministério da Saúde e, conseqüentemente, para as Secretarias de Saúde. Nós fizemos um levantamento em Porto Alegre e constatamos que a Prefeitura de Porto Alegre recebe do Ministério anualmente em torno de 10 milhões de reais para programas de vacinação animal, a contenção de todas as epidemias, as patologias transmitidas por mosquitos, por morcegos; enfim, 10 milhões de reais. Então, fui conversar com ela, dizendo: *“Dra. Sônia, não é justo que esses recursos sejam transferidos para uma prefeitura que dispõe de uma secretaria específica tratando sobre a matéria dos animais. Então, que sejam alocados esses recursos numa secretaria específica.”* O que ela me disse? *“Nós precisamos de um projeto de lei federal que autorize essa*



rubrica.” Então, fica aí o nosso apelo para que as prefeituras que tenham esse trabalho — porque isso vai ser uma forma de descentralizar —, recebam efetivamente recursos federais e possam comprovar a aplicação desses recursos, que serão comprovadamente utilizados por todos nós.

Então, mais uma vez agradeço a parceria de todos vocês; este espaço, Deputado Giovani Cherini, porque entendo que aqui é o local onde efetivamente podemos ter respostas aos nossos anseios, aos nossos clamores, e uma esperança para nossas vidas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giovani Cherini) - Obrigado, Sra. Regina; obrigado, Sra. Angela. Acho que foi muito proveitosa a nossa audiência pública, que bateu recorde de Deputados que passaram por aqui — foram 20 os Deputados que passaram por aqui hoje, que assinaram a participação na audiência pública, mas todo o mundo conhece, sabe como funciona a Casa, sabe que aqui acontecem, às quartas-feiras, muitas reuniões de Comissões, mas o importante é que na estrutura da Casa esta audiência pública está muito bem inserida e muito bem observada.

Eu também tenho um projeto aqui para hospitais públicos terem animais, para ter acompanhamento no sentido do tratamento de saúde — o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, já realiza. Estou protocolando um projeto hoje substituindo a carroça, que é uma polêmica muito grande em Porto Alegre, por bicicletas com uma carrocinha atrás, para que o ser humano faça a ginástica e, ao mesmo tempo... E o Fortunati enfrentou lá em Porto Alegre outra grande polêmica, quando colocou as bicicletas para que as pessoas pagassem um valor irrisório por mês e andassem de bicicleta; criou as ciclovias, e isso também foi uma outra grande polêmica lá em Porto Alegre; e, hoje, todo o mundo está andando de bicicleta e dizendo que é a bicicleta do Fortunati. É claro que não é do Fortunati, mas é justamente a força que a Prefeitura criou, mostrando que a bicicleta é um meio de transporte muito importante, não só por ser quase de graça, mas por nos dar mais saúde, por fazermos exercícios físicos.

Então, agradeço muito mesmo, e, no encerramento, quero dizer que a partir da tarde de hoje as apresentações das palestrantes desta audiência pública estarão

[CD19] Comentário:
Sessão:1389/13 Quarto:20
Taq.:Débora Lopes Rev.:



ao dispor dos interessados na página da Comissão de Meio Ambiente na Internet, no *link* “audiências públicas”.

Portanto, agradeço a presença às nossas ilustres palestrantes, aos Parlamentares e demais presentes, assim como aos internautas.

Declaro encerrada esta reunião de audiência pública.

Boa tarde aos senhores e às senhoras.